



JANETE SILVA AMÂNCIO

A INCLUSÃO DOS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS NAS
AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA (ESCOLA REGULAR) NO MUNICÍPIO
DE VARGEM GRANDE PAULISTA.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
CAMPINAS/ DEZEMBRO 2001



JANETE SILVA AMÂNCIO

**A INCLUSÃO DOS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS NAS
AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA (ESCOLA REGULAR) NO MUNICÍPIO
DE VARGEM GRANDE PAULISTA.**

MONOGRAFIA APRESENTADA COMO
EXIGÊNCIA PARA A CONCLUSÃO DO CURSO DE
ESPECIALIZAÇÃO: ATIVIDADE MOTORA
ADAPTADA
ORIENTADOR: PROF. DR. JOSÉ LUIZ
RODRIGUES

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
CAMPINAS/ DEZEMBRO 2001**

RESUMO

O presente trabalho teve como objetivo, analisar como vem sendo implantado o projeto de inclusão no município de Vargem Grande Paulista e verificar a participação dos alunos portadores de necessidades nas aulas de Educação Física.

Em nosso processo de estudo, realizamos uma revisão de literatura pertinente ao tema inclusão e a pessoa portadora de necessidades especiais.

O estudo foi realizado nas escolas de ensino fundamental do município, porém escolhemos três escolas para serem investigadas.

Colhemos dados dos professores de Educação Física e da Psicopedagoga, responsável pelo projeto de inclusão, mediante questionários, analisados e aplicados pela professora coordenadora de Educação Física.

Observamos três aulas de Educação Física em cada escola, onde encontramos alunos portadores de necessidades especiais inclusos.

Foi possível constatar que as escolas não possuem quadras para a realização das aulas tendo que as mesmas serem realizadas em espaços improvisados.

As conclusões básicas a que chegamos é que o discurso da inclusão não esta coerente com a prática, pois os professores sentem-se inseguros e despreparados para estar atuando com os alunos portadores de necessidades especiais.

Ainda que a Secretaria de Educação tenha um programa de orientação para os professores, foi possível perceber que não está sendo suficiente, pois os mesmos nos apontam essa insegurança e acreditam que se houvesse um apoio mais significativo, teriam mais condições de estar desenvolvendo um trabalho melhor, trazendo benefícios a todos.

SUMÁRIO:

1-INTRODUÇÃO.....	05
2-REVISÃO DA LITERATURA.....	07
2.1-Educação Inclusiva.....	07
2.1.1-Integração/Inclusão.....	10
2.1.2- Fases de desenvolvimento da Educação Especial.....	16
2.2-COMO AS PESSOAS PORTADORAS DE NECESSIDADE ESPECIAIS TEM SIDO TRATADAS PELA SOCIEDADE.....	19
2.2.1-Programa de Ação Mundial para pessoas portadoras de necessidades especiais.....	23
2.2.2-Normas Uniformes sobre a Linguagem de Oportunidades para as pês- soas portadoras de necessidades especiais.....	24
2.2.3-Declaração Mundial Sobre Educação para Todos.....	24
2.2.4-Declaração de Salamanca dos Princípios, Política e Prática para as Necessidades Educativas especiais.....	24
3-METODOLOGIA.....	26
4-CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	28
5-BIBLIOGRAFIA.....	30
6-ANEXOS.....	32

1. INTRODUÇÃO

A escolha do presente tema está ligada ao fato de atuarmos como professora de Educação Física, desde 1997 na rede regular de ensino.

O Município de Vargem Grande Paulista adotou a inclusão dos p.n.e(s) nas escolas regulares, e isto vem nos causando uma certa inquietação, pois é necessária toda uma práxis pedagógica para que se efetive a inclusão. Não basta incluir fisicamente, é preciso dar condições para a instalação de um processo viável e responsável.

Percebemos que a formação dos profissionais não está vindo ao encontro às necessidades desses alunos e tememos que dessa forma eles acabem se distanciando da Educação Física.

Observamos a partir da preocupação com o referido tema, que não está havendo suporte suficiente para que se efetive a inclusão em nosso município, pois entre outros fatores, não está acontecendo capacitação dos professores, encontrando-se os mesmos despreparados para atuar junto aos alunos com necessidades especiais.

Como diz Mantoan(1997,p.40),

É preciso reconhecer que até então, a pesquisa e desenvolvimento pedagógico e psicológico não tem chegado até os professores,os quais se sentem, com razão, inseguros e despreparados ao se defrontarem com o fracasso escolar e com as alternativas modernas para combatê-lo.

Conforme Poppovic(1997), a presença na rede regular de ensino de alunos com necessidades especiais de aprendizagem exige uma mudança de atitude dos professores e de toda a comunidade escolar.

É difícil, sim. Contudo é preciso reconhecer, questionar e quebrar preconceitos, estimulando generosidade e respeito. Trata-se de uma questão de diversidade. E o paradigma é o da inclusão.

Continuando, o autor aponta que, a Educação Inclusiva propõe que todas as pessoas com necessidades educacionais especiais sejam matriculados na escola regular, baseando-se no princípio de Educação para Todos.

Entretanto, nos adverte que devemos ser prudentes, no sentido de não admitirmos uma falsa idéia de escola democrática. A escola será tanto mais democrática a medida que acolher, educar e ensinar a todos, ao mesmo tempo em que respeite as diferenças individuais, estimulando em especial o desenvolvimento da capacidade do aluno de aprender a aprender.

A escola deve ser um espaço para as transformações, as diferenças, o erro. Sendo assim, precisamos de uma escola que tenha coragem de arriscar e de questionar o que já está estabelecida, em busca de novos rumos necessários a inclusão.

Segundo Mantoan(1997), cabe a escola encontrar respostas para as necessidades de seus alunos. A inclusão na escola seria o processo pelo qual a escola adapta-se para incluir em suas classes regulares, alunos portadores de necessidades especiais.

Concordamos com os autores, entendendo a inclusão como um processo, e não como algo simplesmente decretado.

É importante ressaltar que a nova proposta de Educação Inclusiva foi deflagrada pela Declaração de Salamanca, em 1994 a qual proclamou entre outros princípios, o direito de todos à educação, independentemente das diferenças individuais. Esta declaração teve como referência a Conferência Mundial sobre Educação para Todos.

Analisamos neste estudo como vem sendo implantado o projeto de inclusão e verificamos a participação dos alunos p.n.e(s), nas aulas de Educação Física.

Fizemos uma revisão de literatura, pertinente ao tema inclusão como base teórica do referido estudo. Observamos algumas aulas de Educação Física e aplicamos questionários aos professores de Educação Física e a psicopedagoga.

2- REVISÃO DA LITERATURA

2.1- Educação Inclusiva.

Crianças e jovens p.n.e(s) vem gradativamente conquistando espaço em escolas regulares, de educação infantil e de primeiro grau.

Esse movimento deve-se a nova L.D.B e pela nova iniciativa do Mec, que tem procurado trabalhar no sentido de melhorar não só a educação básica, mas também a educação especial.

No ano de 1997 o Mec fez uma campanha Nacional de Sensibilização,veiculada pelos meios de comunicação o que exerceu importante papel na consolidação da proposta de educação integrada.

Todos os alunos são iguais em suas diferenças e todos tem o direito de serem educados em função dessas diferenças.

O princípio que rege a educação inclusiva é o de que todos devem aprender juntos,sempre que possível,levando-se em consideração suas dificuldades e diferenças em classes heterogêneas,com alunos da mesma faixa etária.

A escola inclusiva deve educar todos os alunos na rede regular de ensino,proporcionando programas educacionais apropriados às suas reais necessidades e capacidades e prevê apoio e assistência de que possam necessitar para o sucesso da integração.É o espaço onde todos pertencem, são aceitos,apoiados pelos colegas ditos "normais" e por todos os membros da comunidade escolar.Ribeiro(1998)

Segundo Sá(2001),no 3º encontro sobre inclusão,o sistema de educação inclusiva tem sido conceituado como um processo de educar em conjunto,nas classes do ensino comum,alunos ditos "normais",com alunos que apresentam necessidades educacionais especiais.A inclusão traz benefícios a todos,uma vez que se desenvolve sentimentos de respeito à diferença,cooperação e solidariedade.A presença de alunos com necessidades especiais, embora torne o conjunto da turma de alunos mais heterogêneo e complexo, torna-o também mais rico.

Conforme a mesma autora, a escola inclusiva, é uma tendência internacional, e será uma meta a ser seguida pelas pessoas comprometidas com a educação especial, mas a sua realização depende muito de um amplo consenso em torno da aceitação, pela sociedade, das pessoas p.n.e(s). A conscientização sobre os direitos dessas pessoas já se apresenta como um passo significativo em relação às mudanças.

A educação especial visa a melhoria qualitativa dos aspectos gerais do ensino e da aprendizagem e conseqüentemente, a educação inclusiva será muito importante para que realmente se construa uma escola que se especialize em todos os educandos.

A filosofia da educação atual tem como objetivo principal a construção de uma escola especializada em todos os alunos e não apenas nos p.n.e(s). Para que isso realmente aconteça muitas mudanças deverão ocorrer, não somente conceituais, mas também estruturais. Mantoan(1998)

A educação inclusiva segundo Canziani,(1998) deve prever a eliminação de barreiras atitudinais, deve conhecer e responder à diversidade das necessidades e capacidades dos alunos, incluindo as diferenças em suas formas e ritmos de aprendizagem.

A inclusão é para melhorar todo o sistema de ensino brasileiro. Não se pode trabalhar igualdade sem passar pela diversidade. Se a criança for privada de uma educação inclusiva, ela não conseguirá ver a humanidade como ela é. Toda separação em grupos é uma forma perigosa de se educar. Canziani(1998)

O ponto fundamental para que se efetive a inclusão, segundo a mesma autora, é a questão do ensino não disciplinar, aquele que não está

calcado nas disciplinas. E para que se efetive a inclusão é preciso mudar o que já está estabelecido. O discurso da inclusão já é absorvido, é um discurso fácil, difícil é fazer inclusão.

Isso fica evidenciado pela realidade em que a escola se encontra atualmente. Uma escola que não é significativa, que é resistente as transformações.

A nova proposta de educação inclusiva foi deflagrada pela Declaração de Salamanca, a qual proclamou, entre outros princípios, o direito de todos à educação, independentemente das diferenças individuais. Esta Declaração teve como referência a Conferência Mundial de Educação para Todos.

2.1.1- Integração x Inclusão

A integração/inclusão escolar de crianças que apresentam necessidades especiais ainda se constitui num conceito não muito claro para os educadores em geral. Estamos vivenciando uma fase de transição entre um modelo educacional que previa para as pessoas p.n.e(s) um atendimento específico, mas isolado, para um novo modelo que se propõe a atendê-las de forma conjunta, em salas regulares.

Segundo Sassaki(1997), o conceito de inclusão não era conhecido em nosso país nas décadas de 60 e 70, vigorando a bandeira da integração, que embora tivesse o mérito de tentar romper a segregação imposta anteriormente, poucas modificações exigia da sociedade.

A prática da integração escolar em classes comuns, apontado pelo mesmo autor, também seguia o modelo médico da deficiência, adotado pela educação profissional, ou seja, somente as pessoas deficientes mais capazes eram aceitas nas escolas. Exigia-se do portador de necessidades especiais um esforço unilateral para tornar-se aceitável.

Continuando, Sassaki(1997), afirma que na inclusão os sistemas gerais da sociedade devem tornar-se acessíveis para todos, com princípios que celebrem as diferenças, valorizando a diversidade humana, o aprendizado cooperativo, a igual importância das minorias, buscando a cidadania com qualidade de vida.

Sassaki acredita, que estamos na fase de transição entre um paradigma e outro, e que o mundo caminha para a sociedade inclusiva.

Carvalho (1997) analisa a escola como formadora de todos, já que qualquer aluno é um cidadão e que homem o país quer formar para ser seu cidadão.

A autora apresenta perplexidade frente a questões ainda por responder. ***"Quando falamos de inclusão e integração, de quem de fato estamos falando?"***Carvalho(1997,p.36).

O futuro da educação especial é uma de suas preocupações, na medida que ela teme pela banalização das necessidades especiais, no processo de reconhecimento das características diferenciadas entre as pessoas.

Aos que defendem a permanência das escolas e salas especiais devem indagar-se qual foi o resultado desse processo, quantos alunos avançaram.

Ainda a mesma autora aponta que o que está em dúvida não é a capacidade de aprendizagem das crianças, e sim a nossa prática pedagógica e não só em relação aos portadores de necessidades especiais.

Conforme Schwartzman(1997), ninguém pode ser contra ou a favor da inclusão, sem analisar quem será incluído, onde e para que. Fala-se de progressos, mas nossa sociedade é cheia de preconceitos e as minorias são pouco toleradas, extinguindo preconceitos mesmo entre os portadores de necessidades especiais.

Continuando, o autor nos chama a atenção para partirmos sempre daquilo que é melhor para o indivíduo em questão, deverá ocupar espaços, onde seu sofrimento possa ser minorado. Entende também que falar em inclusão para todos torna-se uma discussão muito difícil.

Concluindo, o autor afirma ter profundas dúvidas sobre se alguma criança com necessidades especiais teria benefícios hoje incluída numa escola regular. Mostrando a necessidade de equipamentos, conhecimentos técnicos, recursos físicos e humanos, o autor questiona quando nosso sistema educacional estará preparado para a inclusão.

Ainda o mesmo autor nos aponta que uma das ilusões vendidas é o barateamento do tratamento na escola especial. Os indivíduos continuarão a custar caro para ser bem atendidos, ou custarão barato e serão encostados numa escola.

Conforme Glat(1995), a integração dos portadores de necessidades especiais tem sido a questão referente à educação especial, mais discutida em nosso país nas últimas décadas.

O próprio conceito de integração escolar já está sendo por muitos considerado ultrapassado, e a proposta mais moderna em países ditos de primeiro mundo e que está sendo trazida para o Brasil é a da escola inclusiva, o chamado movimento pela inclusão total.

A mesma autora coloca que a escola pública em nosso país vem sendo um espaço de exclusão, não só dos p.n.e(s), mas de todos aqueles que não se enquadram dentro do padrão imaginário do aluno dito "normal".

Além disso, as classes especiais se tornaram verdadeiros depósitos de todos aqueles que por uma razão ou outra, não se enquadram no sistema escolar. Sem uma modificação do sistema educacional brasileiro, a inclusão de alunos p.n.e(s), principalmente os mais prejudicados, nunca será concretizada.

Glat(1997) afirma que, já teve a oportunidade de dizer em outra ocasião que a noção de inclusão total para ela, não é uma proposta, e sim uma utopia. Como toda utopia, tem um valor simbólico importante e um investimento afetivo que deve ser alimentado.

Ainda a mesma autora coloca que a sociedade inclusiva é a utopia do mundo perfeito e que passamos mais tempo falando e escrevendo sobre inclusão, discutindo a Declaração de Salamanca do que pesquisando e experimentando formas alternativas de adapta-la e implementa-la.

A política de inclusão escolar, diferentemente da política de integração, que coloca o ônus da adaptação no aluno, implica em todo um remanejamento e reestruturação da dinâmica da escola para receber esses alunos especiais. Na escola inclusiva há um planejamento individualizado para

cada aluno, que recebe dentro de sua própria classe, os recursos e o suporte psicoeducacional necessário para seu desenvolvimento

Em termos simples, ao invés de o aluno ir a sala de recursos, a sala de recursos é que vai a ele, em sua classe regular.

Glat(1997) diz que acredita que em nível de pré escolar, a integração ou inclusão de crianças p.n.e(s) de vários níveis é perfeitamente viável e deve ser a opção preferencial, e que aqueles independentemente do tipo ou grau de sua deficiência, têm compreensão e independência funcional básicas deveriam há muito já estar integrados ou incluídos no sistema regular de ensino. Porém para aqueles alunos mais prejudicados, é preciso planejar com muito cuidado essa inserção. Se não, será mais um jogo de cartas marcadas para perder.

Afirma ainda a mesma autora que uma última ressalva tem sido exaustivamente apontada, como por exemplo o fato de que a política de integração escolar, na prática, não funciona, porque entre outros fatores, o professor da classe regular não está preparado para receber o aluno especial.

Logo, conclui a autora, se quisermos considerar uma proposta ainda mais radical, como o da escola inclusiva, é pré requisito que os professores sejam efetivamente capacitados para transformar sua prática educativa.

Sem tal ação, que não se resume a um curso ou seminário isolado, e sim a uma capacitação e acompanhamento contínuo, este debate não sairá da esfera da própria educação especial, e a escola inclusiva nada mais será do que mais uma utopia.

Para que realmente se efetive a inclusão na rede regular de ensino é necessário que algumas mudanças ocorram, tanto na arquitetura para que seja possível a acessibilidade, como também mudanças atitudinais.

Conforme Sasaki(1997) existem alguns desafios para que se efetive a inclusão:

- Tornar a escola, um espaço educativo de construção de personalidade autônomos, críticos, onde todos os alunos aprofundem seu processo de humanização;

- Formar sujeitos éticos, políticos, justos, humanos, autônomos, produzindo sentido e conhecimento.

- Entender o aluno como alguém que possui uma história, que tem sentimento, que tem desejos e projetos co lógica de comportamento que lhe são próprias.

- De abolir o rótulo da deficiência que na maior parte das vezes priva o aluno de realizar experiências que lhe permitam adquirir consciência de si como cidadão pertencente a uma comunidade com direitos e deveres:

- Perceber que a diversidade é uma coisa boa sim:

Conforme Sartoreto, no 3º encontro sobre inclusão é necessário que o educador esteja preparado para lidar com as peculiaridades do aluno, contribuindo para o seu desenvolvimento integral. A função da escola não é mais preparar o aluno para funções acadêmicas, mas ser uma escola includente que considera a diversidade uma riqueza.

Continuando a mesma autora nos aponta que a escola é um espaço de inclusão, não é o único, mas o principal, pois a criança que cresceu em meio a diversidade, será um adulto mais completo.

Ainda a mesma autora coloca que a educação inclusiva não traz benefícios somente a quem tenha algum tipo de necessidade especial, ela traz a todos, pois um terá sempre algo a ensinar ao outro, e está na diferença a grande riqueza do ensino aprendizagem. A escola inclusiva de verdade tem preocupação constante com as transformações, onde irá buscar o conhecimento na vivência com as pessoas. Na educação inclusiva não existe regra absoluta, as soluções são construídas coletivamente.

2.1.2-Historicamente, a atenção para com as pessoas p.n.e(s) notadamente quanto a sua educação, passa por várias fases: exclusão, segregação institucional, integração e inclusão.

Fase de exclusão: Nesta fase, nenhuma atenção quanto ao aspecto educacional e outros serviços, foram destinados as pessoas p.n.e(s). A sociedade simplesmente ignorava, rejeitava, perseguia e explorava estas pessoas, então consideradas possuídas por maus espíritos ou vítimas da sina diabólica e feitiçaria(Jonsson,apud Sassaki(1997).

Fase de segregação institucional:

Excluídos da sociedade e da família pessoas p.n.e(s) eram geralmente atendidas em instituições por motivos religiosos e tinham pouco ou nenhum controle sobre a qualidade da atenção recebida. Segundo Jonsson, apud Sassaki(1997,p.112), foi neste contexto que emergiu, em muitos países em desenvolvimento, a educação especial para crianças p.n.e(s), administrada por instituições voluntárias, em sua maioria religiosas, com consentimento governamental mas sem nenhum outro tipo de envolvimento por parte do

governo. Algumas dessas crianças passaram a vida inteira dentro das instituições.

Fase de integração: Nesta fase surgiram as classes especiais dentro de escolas comuns, o que aconteceu não por motivos humanitários e sim para garantir que as crianças p.n.e(s) não interferissem no ensino do professor, prejudicando a aprendizagem dos outros alunos.

Conforme Jonsson,apud Sassaki(1997) Inspirada no lema da Ano Internacional das Pessoas p.n.e(s), tão disseminado em 1981, uma pequena parte da sociedade em muitos países começou a tomar algum conhecimento da necessidade de mudar o enfoque de seus esforços. Para que as pessoas com necessidades especiais realmente pudessem ter participação plena e igualdade de oportunidades, seria necessário que não se pensasse tanto em adaptar as pessoas à sociedade e sim em adaptar a sociedade às pessoas. Isto deu início ao surgimento do conceito de inclusão já no final da década de 80.

Fase de inclusão: A proposta de inclusão do indivíduo p.n.e(s) na Educação foi colocada recentemente no plano Decenal de Educação .A Declaração de Salamanca e o plano de ação para a Educação de p.n.e(s). Documento este que foi referido e adotado por 92 países e 25 organizações internacionais na Conferência Mundial sobre Educação de pessoas p.n.e(s), em junho de 1994(Brasil,1994).

Países desenvolvidos, como os E.U.A, o Canadá, assim como a Espanha e a Itália, foram os pioneiros na implantação de classes inclusivas e de escolas inclusivas. Boa parte da literatura pertinente às práticas inclusivistas na

educação começa a surgir na década de 90, basicamente relatando experiências que vêm ocorrendo a partir do final dos anos 80 aos dias de hoje.

2.2- COMO AS PESSOAS PORTADORAS DE NECESSIDADES ESPECIAIS TÊM SIDO TRATADAS PELA SOCIEDADE.

Alguns autores como Ribas, Ferreira, consideram que a palavra “deficiente” tem um significado muito forte, carregado de valores Moraes, contrapondo-se a “eficiente”. Levaria a supor que a pessoa não é capaz; e sendo assim, então é preguiçosa, incompetente e sem inteligência. A ênfase recai no que falta, na limitação, no “defeito”, gerando sentimentos como desprezo, indiferença, chacota, piedade ou pena.

Esses sentimentos, por sua vez, provocam atitudes carregadas de paternalismo e assistencialismo, voltadas para uma pessoa considerada incapaz de estudar, de se relacionar com os demais, de trabalhar e de construir família.

No entanto, a medida que vamos conhecendo uma pessoa portadora de necessidade especial, e convivendo com ela, constatamos que ela não é incapaz. Pode ter dificuldades para realizar algumas atividades, mas por outro lado, em geral tem extrema habilidade em outras. Exatamente como todos nós temos habilidades e talentos característicos, nas pessoas com necessidades especiais, essas manifestações são apenas mais visíveis e mais acentuadas .Poppovic(1999).

A Bíblia nos diz (e a Declaração dos Direitos Humanos reitera) que todos os homens foram criados, à imagem e à semelhança de Deus. Entretanto, não é bem isso que a evolução da raça humana no planeta tem demonstrado”.Glat(1995,p.18).

Continuando, a mesma autora nos aponta que apesar de todo o discurso da inclusão/integração das p.p.n.e(s), o isolamento social em que essas

pessoas vivem persiste e a marginalização desses indivíduos tem raízes históricas profundas, por isso sua erradicação é difícil.

Com nos diz Ferreira(1984), a marginalização social das pessoas portadoras de necessidades especiais tem sido denunciada diuturnamente pelas suas entidades representativas e por indivíduos isolados.

Conforme o mesmo autor, essa marginalização tem sua manifestação mais explícita na dificuldade de participar do processo produtivo da sociedade, pois lhes é vetado o acesso ao mercado de trabalho e a educação.

“A diminuição das possibilidades de competição da pessoa deficiente no que se refere à formação escolar, generaliza-se para as diversas áreas da vida dessa população. A possibilidade de obter colocação no mercado de trabalho fica também diminuída.”Ribas(1983,p.56)

Conforme o mesmo autor, a limitação física porém, parece não se constituir na principal fonte de sofrimento da pessoa deficiente.

Ribas(1983,p.55),chega a radicalizar essa afirmação :

“Ninguém sofre com a deficiência, todos sofrem com o estigma de diferente. O estigma não se limita à atuação das pessoas, ela se define mais propriamente pelo esquecimento da sociedade em fazer com que o portador de seqüelas tenha oportunidade de vida e participação iguais aos seus demais cidadãos”

Conforme Ribas(1985), nesta nossa sociedade a ordem é por demais valorizada, sempre ouvimos as pessoas dizerem que uma sociedade sem ordem jamais chegará ao progresso. Sempre ouvimos também que um órgão qualquer que esteja apresentando uma disfunção

pode contaminar o resto do corpo social. Estas são idéias, facilmente transponíveis para o nosso corpo individual. Um corpo deficiente seria um corpo que apresenta necessariamente disfunções, incapacidades e não estaria em ordem. Um corpo que não está em ordem conseqüentemente não poderá alcançar o progresso tão desejado. Logo, será um corpo fadado, a não ter realizações, a não ter progressos, a ser sempre dependente.

Continuando, o mesmo autor nos aponta que toda pessoa considerada fora das normas e das regras estabelecidas é uma pessoa estigmatizada.

Conforme Goffman(1998), a segregação do "deficiente" é entendida em termos da sua não produtividade. Por não contribuírem economicamente com o sistema eles são marginalizados e reduzidos à categoria de cidadãos de segunda classe ou seres humanos inferiores. Para assegurar um tratamento mais digno e desenvolver programas mais eficazes de inserção do "deficiente" na sociedade, precisamos primeiro entender o significado ou as representações que as pessoas tem sobre o deficiente.

A organização das Nações Unidas adotou em sua 34ª Sessão, realizada em 1979, uma Resolução que reconhece o ano de 1981 como o Ano Internacional das Pessoas Deficientes e na qual cumpre destacar o desejo de que ele promova a concretização dos direitos das pessoas deficientes, notadamente na participação da vida social em toda a sua plenitude nas mesmas bases e em idênticas condições dos demais

cidadãos.(Relatório da Comissão Estadual(São Paulo) de apoio e Estímulo ao Ano Internacional das Pessoas Deficientes).

As preocupações com a defesa dos princípios fundamentais extensivos a todos os homens estão expressas na Declaração Universal dos Direitos do Homem, proclamada e adotada a 10 de dezembro de 1948, em assembléia geral das Nações Unidas, em Paris, França.

Na Declaração, destacam-se alguns princípios pela forte influência que tem exercido, inclusive na Constituição Brasileira. São eles: o respeito à dignidade humana, a igualdade de direitos à liberdade, à liberdade de pensamento e de escolha de todos os homens.Poppovic(1999).

Entretanto, Bobbio(1992), nos ensina que, apesar das inúmeras menções, em seus artigos, de que todos os homens nascem livres e iguais em dignidade e em direitos, não se poderia explicar a contradição entre a literatura que faz a apologia da era dos direitos e aquela que denuncia a massa dos sem direitos.

Continuando, o mesmo autor aponta que essa constatação é imediatamente aplicável às pessoas portadoras de necessidades especiais, cujos direitos de cidadania tem sido desrespeitados em decorrência, entre outros fatores,da desinformação sobre as deficiências e dos inúmeros preconceitos e estigmas que povoam o imaginário coletivo acerca das pessoas. Embora nas últimas décadas tenhamos evoluído do enfoque caritativo-assistencialista para o da proteção dos direitos de cidadania, ainda deparamos com inúmeras práticas de exclusão contra as pessoas portadoras de necessidades especiais, seja do convívio social integrado,

seja do acesso e usufruto dos bens e serviços historicamente acumulados e disponíveis na sociedade.

2.2.1-Programa de ação Mundial para pessoas com deficiência.

Aprovado na Assembléia Geral das Nações Unidas em dezembro de 1982, o Programa de ação Mundial para pessoas com deficiência teve como finalidade, servir de fonte permanente de consulta as todos os países interessados na luta pela defesa dos direitos de cidadania das pessoas portadoras de deficiência.

Apesar de ter sido apresentado no início da década de 80, o programa continua inspirando a elaboração de inúmeras propostas atuais para a execução de medidas em âmbito nacional e internacional referentes a:

- -prevenção: evitar o surgimento, a proliferação ou o agravamento de deficiências;
 - -reabilitação: entendida como um processo que visa levar o portador de deficiência ao alcance de níveis funcionais, mentais, sociais ou físicos ótimos de maneira a poder modificar sua própria vida.
 - -equiparação de oportunidades: processo através do qual a sociedade se torna acessível a todos, com remoção de barreiras arquitetônicas, reformas legislativas, aumento de participação comunitária, no âmbito da educação e do emprego para a população de deficientes das zonas urbanas e rurais.
- Poppovic(1999)

2.2.2- Normas Uniformes sobre a Linguagem de Oportunidades para a Pessoa Portadora de Deficiência.

Aprovada aos vinte de dezembro de 1993, em assembléia geral das Nações Unidas pela resolução nº48/96, as normas se fundamentaram, historicamente, na experiência adquirida no decorrer da chamada Década das Nações Unidas para as Pessoas Portadoras de Deficiência(1983-1992).Poppovic(1999).

2.2.3-Declaração Mundial sobre Educação para Todos.

Foi Aprovada na Conferência Mundial sobre Educação para Todos: Satisfação das Necessidades Básicas de Aprendizagem ocorridas em Jontien,Tailândia, em março de 1990. Basicamente, esta declaração constatou a persistência de inúmeras dificuldades relacionadas a garantia do direito à educação.

2.2.4-Declaração de Salamanca dos Princípios, Política e Prática para as Necessidades Educativas Especiais.

Foi elaborada em decorrência da Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais: Acesso e Qualidade, promovida pelo governo da Espanha e pela Unesco em Junho de 1994.

A referida Declaração expressa o princípio de integração e a preocupação com a garantia de escolas para todos, conforme estabelecido em 1990 na Conferência Mundial de Educação para Todos.Poppovic(1999).

Dentro da filosofia em que se fundamentam os direitos humanos, é evidente que todos devem ter as mesmas oportunidades de aprender e de desenvolver suas capacidades, para, assim, alcançar a independência social e econômica, bem como poder integrar-se na vida comunitária.

Por essa razão, as mesmas oportunidades oferecidas pela sociedade às pessoas consideradas "normais" devem ser extensivas aos educandos deficientes mentais, auditivos, visuais,físicos, emocionais e sociais, assim como aos que apresentam problemas específicos de aprendizado escolar.

Esse direito, que se estende a essas pessoas, vem constituindo um constante desafio à sociedade e aos seus sistemas educacionais. Isso se explica pelo fato de que os portadores de qualquer tipo de deficiências não possuem condições para usufruir integralmente das oportunidades de educação concedidas aos demais, necessitando, por essa razão, de meios especializados, que lhes permitam aproveitar-se adequadamente desses recursos. Bagattini(1987).

3 - METODOLOGIA

Em nosso processo de estudo, realizamos uma revisão de literatura pertinente ao tema inclusão e a pessoa portadora de necessidades especiais, para assim adquirirmos base teórica sobre o referido estudo.

Com o objetivo de tornarmos esse estudo mais completo realizamos também, pesquisa de campo em escolas da rede Municipal, para compreendermos assim um pouco mais sobre a realidade das mesmas.

O Município de Vargem Grande Paulista possui 46 alunos p.p.n.e(s), inclusos divididos em 17 escolas. Utilizamos um critério aleatório para a escolha das escolas a serem investigadas. Escolhemos 03 escolas, das quais todas tem Educação Física, com duração de 50 minutos , 2 vezes por semana. As escolas não possuem espaço apropriado(quadra), tendo que improvisar espaço para realização das aulas.

Acompanhamos algumas aulas, sem interagirmos em momento algum, procuramos apenas observar. Através dessas observações pudemos verificar a participação e o desempenho dos alunos.

Encontramos na primeira escola um aluno deficiente visual, na segunda um síndrome de Down e um Deficiente mental e na terceira um deficiente físico e um deficiente auditivo..

Utilizamos também um questionário, pois segundo Castro(1997) através de questionários, as perguntas referem-se diretamente aos problemas que de fato, interessam. Trata-se apenas de tomar as respostas como um dado, como um componente da resposta a ser interpretado ou mesmo convertido em alguma coisa que faça sentido. O mesmo contém doze perguntas e foi analisado pela

professora coordenadora de Educação Física, em seguida entregues para os professores de Educação Física e para a Psicopedagoga, responsável pelo projeto de inclusão.

Todo esse processo de entrega e coleta dos questionários não contou com a nossa participação, e sim foi intermediado pela professora coordenadora de Educação Física.

4-CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Mediante a revisão de literatura pode-se perceber o quanto é complexo e polêmico falar em educação inclusiva, em um país como o nosso, onde seu sistema educacional, ainda não conseguiu resolver nem os problemas de aprendizagem de seus alunos ditos “normais”.

Vivemos em uma sociedade completamente excludente e a escola que temos, está muito longe da realidade dos nossos alunos, quanto mais daqueles que possuem necessidades especiais.

A inclusão dos p.n.e(s) na escola regular não pode ser vista apenas como um problema de políticas públicas. Inclusão é um processo espontâneo e subjetivo, que envolve o relacionamento entre as pessoas.

Não basta inserir fisicamente o p.n.e.(s) em situações regulares de ensino, para que ele conquiste seu espaço na sociedade. É preciso mudar a mentalidade das pessoas para que elas deixem de ver o p.n.e(s) como um ser partido, esfacelado e passe a vê-lo como um ser total, eficiente, capaz, produtivo e apto a aprender.

Pudemos observar em nosso estudo que, ainda que a Secretaria de Educação esteja apoiando os professores, os mesmos sentem-se inseguros e despreparados para estar atuando com esses alunos.

Concordamos com Glat(1997), quando nos aponta que sem uma modificação estrutural do sistema educacional brasileiro, a inclusão de alunos p.n.e(s) principalmente os mais prejudicados nunca será concretizada.

Acreditamos que em nível de pré escolar, a integração de crianças com necessidades especiais de vários níveis é perfeitamente viável e deve ser a opção preferencial, e que aqueles que independentemente do tipo ou grau de sua deficiência, tem compreensão e independência funcional básicas deveriam a muito já estar integrados ou incluídos no sistema regular de ensino. Porém, para aqueles alunos mais prejudicados, é preciso planejar com muito cuidado essa inserção, para que não seja mais um jogo de cartas marcadas para perder.

BIBLIOGRAFIA:

Bagatini, Vilson F. Educação Física para o excepcional. Porto Alegre, Sagra, 1984.

Botomé, Silvio Paulo e Ferreira, Marcos Ribeiro. Deficiência física e inserção social, a formação de recursos humanos. Caxias do Sul, Editora da Universidade de Caxias do Sul.

Carmo, Apolônio Abadio. Deficiência física: a sociedade brasileira cria, recupera e discrimina. Campinas, Unicamp, 1989.

Edler carvalho, Rosita. "Falando da integração da pessoa deficiente". In A integração de pessoas com deficiência. São Paulo, Memnon, 1997.

Goffman, Erving. Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro, Guanabara S.A, 1963.

Glat, Rosana. A criança e suas deficiências. Métodos e técnicas de atuação psicopedagógica. Rio de Janeiro, Agir, 1989.

Mazzota. M.J.S. Educação Especial no Brasil. História e políticas públicas. São Paulo, Cortez, 1986.

Mantoan, Maria Tereza Égler. Ser ou Estar: eis a questão. Explicando o déficit intelectual. Rio de Janeiro, 1997.

Ribas, João B. Cintra. O que são pessoas deficientes. São Paulo, Editora Braziliense S.A,1986.

Sassaki, Romeu Kazumi. Inclusão: construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro, W.V.A,1997.

Unesco- Organização da Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura. Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. [Adotada pela Conferência Mundial sobre Educação para necessidades especiais: acesso e qualidade, realizada em Salamanca, Espanha, de 7 a 10 de junho de 1994]. Genebra, Unesco,1994.

Werneck, Cláudia. Ninguém mais vai ser bonzinho na sociedade inclusiva. Rio de Janeiro, W.V.A,1997.

ANEXOS

Universidade Estadual de Campinas

Questionário: Secretaria de Educação

- 1- Desde quando a rede municipal de ensino do município de Vargem Grande Paulista adotou a inclusão dos p.n.e(s) em suas escolas regulares?

Desde 1999

- 2- Quantos alunos estão inclusos atualmente na rede municipal?

46 alunos

- 3- Foram feitas algumas adaptações para receber esses alunos ? Quais?

Sim. Adaptações de carteiras, cadeiras, ilustrações de pais, alunos e funcionários; adaptações físicas nos prédios.

- 4- Existe capacitação para os professores?

Existe uma orientação e acompanhamento dos professores

- 5- Quais são as necessidades especiais que esses alunos apresentam?

Deficiência auditiva, mental, visual, Paralisia cerebral, crianças com síndrome de Down, autismo...

Universidade Estadual de Campinas

1-Nome: José L. H. de CAVALHE

2-Formação: Super. em Ed. Física -
Universidade Fluminense

3-Teve a disciplina Atividade Motora Adaptada em seu curso de graduação?

Sim () Não (X)

4- Há quanto tempo atua na rede municipal de Vargem Grande Paulista?

Há 1 ano e 8 meses

5- Entre os seus alunos existem portadores de necessidades especiais? Quantos? Quais são as necessidades?

Sim. 1 aluno. Deficiência física.

6- Existe algum tipo de avaliação pelo qual passam esses alunos?

Sim.

7- Como você vê a inclusão dos portadores de necessidades especiais na escola regular?

Entendo que a. precisamos socializar com eles
dever e disciplina, mas também alguns
"normais", o sentimento de solidariedade.

8- Como se dá a inclusão dos p.n.e(s) nas aulas de Educação Física?

Inclusão no grupo de trabalho em grupo C.

9- Existe algum tipo de preconceito entre os alunos?

Não, não há preconceito com eles.

10- Como os p.n.e(s) se comportam nas aulas?

Participativos ☒ Pouco participativos ☐ Apáticos ☐

11- Quais são as maiores dificuldades que você enfrenta com a inclusão?

É a falta de recursos e materiais.

12- É dado aos professores algum tipo de apoio (capacitação) para estarem atuando com esses alunos?

Não, não há.

Universidade Estadual de Campinas

1- Nome: *Talquira R. S. Lencato*

2- Formação: *Licenciatura em Ed. Física*

3- Teve a disciplina Atividade Motora Adaptada em seu curso de graduação?

Sim (☒) Não (☐)

4- Há quanto tempo atua na rede municipal de Vargem Grande Paulista?

1 ano.

5- Entre os seus alunos existem portadores de necessidades especiais? Quantos? Quais são as necessidades?

Sim. 4 alunos

2 usuais

1 auditivo

1 - paralisia cerebral.

6- Existe algum tipo de avaliação pelo qual passam esses alunos?

Sim.

7- Como você vê a inclusão dos portadores de necessidades especiais na escola regular?

Eu concordo, mas concordo tbm e unido a sala regular eles também tenham uma atividade paralela específica p/ que os 2(dos) juntos possam dar mais resultados.

8- Como se dá a inclusão dos p.n.e(s) nas aulas de Educação

Física?

*As atividades onde todos
passam participar, preciso trabalhar sempre em
grupos*

9- Existe algum tipo de preconceito entre os alunos?

Nenhum.

10- Como os p.n.e(s) se comportam nas aulas?

Participativos ☒ Pouco participativos () Apáticos ()

11- Quais são as maiores dificuldades que você enfrenta com a inclusão?

Materiais

12- É dado aos professores algum tipo de apoio (capacitação) para estarem atuando com esses alunos?

Não.

Universidade Estadual de Campinas

1-Nome: *Eduardo Sigorelli*

2-Formação: *licenciatura Plena em Educação Física*

3- Teve a disciplina Atividade Motora Adaptada em seu curso de graduação?

Sim () Não (X)

4- Há quanto tempo atua na rede municipal de Vargem Grande Paulista? *Dois meses e quinze dias*

5- Entre os seus alunos existem portadores de necessidades especiais? Quantos? Quais são as necessidades?

Sim

Entre quatro e cinco

Um tratamento especial e um melhor acompanhamento, com a família, p/ melhor conscientização.

6- Existe algum tipo de avaliação pelo qual passam esses alunos?

Acompanhamento com psico-pedagogo.

7- Como você vê a inclusão dos portadores de necessidades especiais na escola regular?

Cada caso é um caso, mas não deveriam ser incluídos, afinal eles são especiais, às vezes necessitam de outras ~~necessidades~~ providências.

8- Como se dá a inclusão dos p.n.e(s) nas aulas de Educação

Física? *Tento não excluí-los, mas eles mesmos se sentem inferiorizados. As atividades são feitas para todos de maneira igual.*

9- Existe algum tipo de preconceito entre os alunos?

Não, pelo contrário, ajudam e se adaptam aos alunos. Dessa maneira não são tratados como os outros, pois os outros se sensibilizam com eles.

10- Como os p.n.e(s) se comportam nas aulas?

Participativos ☒ Pouco participativos ☒ Apáticos ☐

Muitos se esforçam, alguns nem tentam por se sentirem inferiores. Por esse motivo deveriam ter um ~~pequeno~~ incentivo especial.

11- Quais são as maiores dificuldades que você enfrenta com a inclusão? *Adaptar os alunos às atividades, e a atenção equívoca a eles.*

12- É dado aos professores algum tipo de apoio (capacitação) para estarem atuando com esses alunos?

Somente os alunos tem acompanhamento.